

COLUNA DO CASTELLO

Arinos propõe a Sarney comissão da nova Carta

Brasília — Foto de A.Dorgivan

Afonso Arinos e o anteprojeto

O Sr Afonso Arinos de Mello Franco está formalmente convidado pelo Presidente José Sarney para presidir e compor uma comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de Constituição que, a título de subsídio e seguindo uma tradição brasileira, o Poder Executivo encaminhará como contribuição para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte a ser eleita em 1986 para funcionar em 1987.

Não está definido o número de componentes de tal comissão, mas está excluída a hipótese de sua abrangência prevista em outros setores do Governo. O projeto, uma vez elaborado, não só será enviado à Assembléia, como será submetido às entidades representativas da sociedade civil, como a OAB, a ABI, a CNBB e os sindicatos operários e patronais para que o examinem e meditem nas modificações que a representação política deverá oportunamente apresentar.

O convite não foi feito ontem no jantar do Governador José Aparecido ao ex-Chanceler, presente o Presidente da República. Ele antecedeu a esse encontro e terá sido formalizado ontem, na base de conversas prévias do Chefe do Governo com sua assessoria especializada, o ex-Deputado Célio Borja, com quem previamente conversou sobre o assunto. Com o ato de formalização, ontem ocorrido, o Sr Sarney ratificou um compromisso e um desejo de Tancredo Neves de dar ao reconhecido mestre de direito constitucional a tarefa, já exercida por seu avô Cesário Alvim e por seu pai, Afrânio de Mello Franco, de participar da elaboração de anteprojetos de constituições posteriormente votados por assembleias constituintes.

O Sr Afonso Arinos que, desde o Governo passado, orientou uma discussão sobre atribuição, por resolução legislativa, ao Congresso, de poderes constituintes expressos a fim de votar reformas sem a limitação do quórum de dois terços, ainda não está decidido sobre a melhor forma de convocação da nova Constituinte, embora tenha abandonado sua idéia original. A Constituinte, hoje, é uma reivindicação nacional e, embora não tenha havido uma ruptura da ordem que justifique, tecnicamente, a convocação de uma Assembléia, preexiste uma disposição da sociedade para que tal aconteça, tamanha a deformação institucional introduzida na Carta Magna pelos chamados surtos revolucionários. A Constituição em vigor não traduz aspirações nacionais, antes reflete emergências de poder discricionário instrumentado para produzir no texto constitucional as modificações impostas por seus próprios interesses.

Mas uma coisa é certa: a Constituinte deve ser convocada, segundo o desejo da representação política e o compromisso dos que, em 1984, assumiram o poder em nome de uma mobilização popular em favor das mudanças profundas nas instituições políticas nacionais. Se a convocação deva ser feita por emenda constitucional proposta pelo Executivo ao Congresso, se por emenda nascida na própria fonte do Poder Legislativo, se por uma combinada articulação dos poderes da República, se por consulta plebiscitária, como sugere o Sr Célio Borja, isso será uma decisão do Governo assessorado pelos partidos que o apóiam. O Sr Arinos apenas estudará as diversas hipóteses e emitirá parecer a respeito delas.

Mas já se sabe que ele assumiu o compromisso de organizar e dirigir a comissão de elaboração do anteprojeto, já tendo para tanto idéia de quem deva convocar para assessorá-lo, aberto às sugestões dos partidos para incluir nela figuras representativas das forças no poder. A comissão, por outro lado, operará mais no Rio do que em Brasília, pela simples condição do seu presidente, o emérito professor de direito que, nas portas dos oitenta anos, reside na antiga capital. Algumas reuniões serão realizadas em Brasília, pouco importando se na sala reservada pelo Ministro Fernando Lyra para tal fim ou se em outro local. No Rio há gabinete do Ministério da Justiça e de outras repartições federais que poderão lhe abrir espaços para realizar ali suas reuniões. O secretário executivo, jornalista Mauro Santayana, deverá pôr-se à disposição do Sr Afonso Arinos para exercer no local adequado a tarefa para a qual o designou o Ministro Fernando Lyra.

Nos encontros com os presidentes da Câmara e do Senado não houve dificuldades, quando nada por entenderem esses experientes parlamentares que a elaboração e a apresentação de anteprojetos insere-se numa tradição brasileira e não gera obrigações para o Congresso nem para a Assembléia Constituinte a ser eleita no próximo ano.

Jânio e os americanos

O Embaixador dos Estados Unidos, Sr Diego Asencio, que irá hoje a São Paulo para lançamento da tradução brasileira do seu livro sobre o seqüestro de diplomatas na Colômbia, tinha um encontro marcado com o ex-Presidente Jânio Quadros, com o qual deveria jantar esta noite. À última hora, no entanto, a pretexto de compromissos inesperados, o ex-Presidente cancelou o jantar, que tanta preocupação causava ao Governador Franco Montoro.

CARLOS CASTELLO BRANCO

Brasília — O jurista Afonso Arinos entregou ao Presidente José Sarney uma lista com nomes para compor a comissão que irá elaborar o anteprojeto da Nova Constituição e previu seu funcionamento ainda para o mês de junho. Arinos, que já teve dois encontros com o Presidente desde sua chegada, terça-feira, a Brasília, não quis revelar o conteúdo de sua lista nem compará-la com uma outra elaborada por Tancredo Neves, que foi tornada pública ontem.

Os dois encontros de Afonso Arinos com o Presidente serviram para ratificar o convite feito por Tancredo Neves ao jurista, para que este presidisse a comissão que irá oferecer subsídios à Assembléia Constituinte, a ser eleita em novembro de 1986. A passagem de Arinos por Brasília, e um comentário feito ontem pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, que defendeu a convocação da Constituinte conjuntamente pelo Executivo e Legislativo, em agosto próximo, serviram para afastar a impressão de que a Constituinte estaria sendo progressivamente esvaziada pelo Presidente da República.

Esta impressão se reforçou quando, há 15 dias, o Presidente José Sarney não demonstrou entusiasmo ao receber das mãos do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, a lista de pessoas indicadas por Tancredo Neves para comporem a comissão da Constituinte. No mesmo dia que recebeu a lista, Sarney propôs como prioridade para entendimentos a formação de um grande pacto político, até hoje não muito bem definido.

Convocação

Na terça-feira, indagado sobre o número ideal de componentes da comissão, Afonso Arinos recorreu ao exemplo da Constituinte do Império, dando a entender que preferia uma equipe reduzida. Ele chegou a lembrar que oito pessoas elaboraram a Constituição do Império e que "umas 11 a redigiram". Ontem, contudo, após o encontro com o Presidente, ele ressaltou que esse número seria obviamente pequeno para os dias atuais. "Houve um crescimento do fator social, da complexidade da sociedade", raciocinou.

Ainda tornando mais claro as opiniões dadas na véspera, Arinos admitiu ser "tecnicamente mais fácil" que a convocação da Constituinte ocorra através de uma emenda enviada pelo Executivo ao Congresso.

Sobre a convocação, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, avançou mais do que Arinos. Para ele, a Constituinte deve ser convocada conjuntamente pelo Executivo e o Legislativo, de preferência em agosto próximo. É idêntica a posição dos Ministros da Justiça, Fernando Lyra, da Previdência, Waldir Pires, da Administração, Aluizio Alves, e do assessor especial do Presidente, Célio Borja.

Restrições

O Ministro José Hugo Castelo Branco, ao avaliar o futuro desempenho da comissão presidida por Afonso Arinos, disse que ela dará as grandes diretrizes para a Constituinte, mas que não condicionará o seu desempenho.

José Hugo discorda do presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, que teme um cerceamento da futura Constituinte, a partir do esboço traçado pela comissão.

O aceleramento na implantação da comissão de Afonso Arinos servirá também, segundo uma pessoa próxima ao Presidente Sarney, para esvaziar ainda mais a mobilização em torno da votação da emenda Gastone Righi, que convoca a Constituinte para novembro de 1986, mas que tendia a atropelar a iniciativa do Executivo.

O governo, na última reunião do Conselho Político, há nove dias, decidiu negar quórum para a votação da emenda Righi, com a estratégia de, após o recesso, enviar mensagem melhor elaborada igualmente convocando a Constituinte.



Afonso Arinos almoçou no Palácio do Jaburu com o Presidente Sarney e D Marly

Tancredo havia escolhido 33 nomes

Brasília — Quinze juristas, três negros, um dos quais mulher, dois ex-ministros, dois líderes sindicais, dois economistas, um militar e oito intelectuais. Essa era a composição da comissão constitucional, encarregada de elaborar um esboço do anteprojeto da Constituinte, que seria anunciada pelo Presidente Tancredo Neves, dois dias após sua posse, a 15 de março passado.

A comissão a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco, nos moldes imaginados por Tancredo Neves, funcionaria subordinada ao Ministério da Justiça. Ao longo de um ano, se reuniria uma vez por mês em Brasília, teria, além de uma secretaria executiva — sediada na Capital Federal — secretarias regionais, distribuídas por alguns Estados, encarregadas de receber sugestões.

É a seguinte a lista dos 33 nomes aprovados por Tancredo Neves para integrarem a comissão que o Presidente Sarney ainda não decidiu nomear:

Afonso Arinos de Mello Franco (jurista, ex-deputado da UDN), Fernando Henrique Cardoso (senador, sociólogo), Paulo Brossard (jurista, ex-senador), Josaphat Marinho (jurista, ex-deputado do PSD), Paulo Bonavides (jurista, professor da Universidade Federal do Ceará), João Paulo Pires de Vasconcelos (líder sindical mineiro, integrante da Central Única dos Trabalhadores), Edgar de Godoy da Matta Machado (jurista, professor da Universidade Federal de Minas Gerais), General Octávio Costa (ex-assessor do Presidente Garrastazu Médici, militar da reserva), José Francisco (presidente da Contag), Laerte Vieira (jurista, ex-deputado do MDB), Dalmo Dallari (jurista), José Afonso Silva (Secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo), Célio Borja (professor de Direito Constitucional no Rio, ex-deputado), Fábio Konder Comparato (escritor), Pinto Ferreira (jurista), Xavier de Albuquerque (ex-presidente do Supremo Tribunal Federal), Mauro Santayana (jornalista, redator dos discursos de Tancredo Neves), Victor Nunes Leal (jurista, morreu há 10 dias), Seabra Fagundes (jurista, ex-presidente da OAB), Rafael de Almeida Magalhães (ex-Vice-Governador do Rio de Janeiro), Miguel Reale Júnior (jurista), Celso Furtado (economista, Ministro do Planejamento do Governo Goulart), Arnaldo Malheiros (jurista), Joaquim Falcão (sociólogo da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas

Sociais, de Recife), Eduardo Portella (Ministro da Educação do Governo João Figueiredo), Benedita da Silva (vereadora do PT carioca), Gilberto de Ulhôa Canto e César Saldanha de Souza Júnior (tributaristas, indicados pelo Ministro Francisco Dornelles a pedido de Tancredo Neves), Evaristo de Moraes Filho (criminalista), Milton Santos (geógrafo), Carlos Alberto de Oliveira (professor de Direito da PUC no Rio), Valter Barelli (presidente do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sociais e Econômicos, de São Paulo), e Bolívar Lamounier (sociólogo da USP).

Tancredo Neves definiu a comissão constitucional dias antes de ser hospitalizado. No dia 11 de março, segunda-feira, o então Presidente eleito discutiu com o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, os nomes que integrariam a comissão.

Na opinião de Tancredo, o grupo não poderia ser constituído apenas por juristas, mas deveria ter, também, pessoas representativas da sociedade. Assim, a comissão constitucional não ficaria restrita a redigir um documento. Teria que discutir, antes, as aspirações dos vários segmentos da sociedade:

Nesse mesmo dia, o Jurista Afonso Arinos foi convidado por telefone para presidir a comissão. O Ministro nomeado Fernando Lyra e o assessor do Presidente eleito, Mauro Santayana, formalizaram o convite pessoalmente no dia 12. O jurista recebeu bem a idéia e — como autor que é de uma lei contra discriminação racial — enfatizou que "deveria haver alguns pretos na comissão".

Lyra, já de posse da lista, tranquilizou-o, informando que entre os escolhidos figuravam a Vereadora carioca do PT, Benedita da Silva, o Secretário do Trabalho e Habitação do Rio, Carlos Alberto de Oliveira, e o geógrafo baiano, Milton Santos, todos negros. Ao que Afonso Arinos comentou: "Ah, então basta".

No dia 14, antes de ser internado, Tancredo Neves comentou mais uma vez com Santayana sobre a necessidade da imediata nomeação da comissão. Com isso o Presidente pretendia criar um fato político capaz de estimular o debate nacional. A preocupação maior era esclarecer ao povo o que é uma Constituinte (pesquisa recente do JORNAL DO BRASIL demonstrou essa falta de conhecimento).